

BOLÍVIA:

Crise e migração temporária

* Tradução de DIEGO A.A.B. FERNANDES

O ano de 1987 entrou na história do povo da Bolívia caracterizado pelo enfrentamento entre duas opções contraditórias: enquanto o governo, instaurado em agosto de 1985, procura impor o mais agressivo projeto de dominação econômica, política e social com dramáticas consequências para os setores populares e declara o "Ano da Reforma Tributária"; por outro lado, a Igreja Católica, fazendo-se eco dos setores populares que irromperam o ano com mobilizações de rua em defesa das conquistas vigentes desde 1952, lança o documento mais crítico dos últimos tempos; "Um chamado à esperança", no qual julga diretamente ao governo e ao projeto neoliberal expresso no decreto supremo 21060.

Para ninguém é desconhecido que a Bolívia, país mediterrâneo localizado no centro da América do Sul, com pouco mais de 6 milhões de habitantes, encontra-se frente à crise estrutural mais profunda e inédita de seus 170 anos de vida republicana.

Tradicional monoprodutor de minerais, o país foi afetado por uma sistemática diminuição da produção, concomitante a uma drástica queda nos preços internacionais do estanho, propiciando um quadro conjuntural do qual se aproveita o governo para decretar a virtual paralização do aparelho produtivo: 30.000 trabalhadores mineiros demitidos (denominados pelo governo de "relocalizados"); 240.000 pessoas são jogadas à rua, arrastando problemas sociais lastimáveis, falta de moradias (lembra-se que os mineiros habitam os acampamentos localizados nas proximidades das jazidas), bem como problemas no campo da saúde e educação.

Estes mesmos desempregados, protagonizaram então uma das maiores graves de fome registradas nos últimos tempos, mais de 15.000 homens e mulheres decidiram pelo jejum voluntário como medida de pressão para obter benefícios sociais negados pelo governo. Até agosto de 1987, conforme denúncias da Assembléia Per-

manente dos Direitos Humanos, da Central Operária Boliviana, e de organismos técnicos, as cifras na Bolívia alcançaram números recordes e alarmantes: 500.000 desempregados, que significa aproximadamente 20% da população economicamente ativa. Todos concordam de que os mais afetados com a Nova Política Econômica são os mineiros e os camponeses.

Esta realidade provocou novamente no país uma psicose migratória; das alturas do Altiplano ocidental da Bolívia, mineiros e camponeses se desprendem massivamente em direção aos vales e preferencialmente ao vales subtropicais da Bolívia.

Rapidamente, cidades como Cochabamba, Chuquisaca, Tarija, do vale Central, viram-se inundadas pelos mineiros. Mas diante da escassez de fontes de trabalho, a migração dirigiu seu olhar para as regiões "mais atraentes", como as selvas tropicais onde se produz a folha da coca, nos Departamentos de La Paz e Cochabamba

Oficina de Assistência Social de la Iglesia—Oasi

(Chapare). Obviamente instalaram-se aí os centros de operação do tráfico de narcóticos.

Santa Cruz de La Sierra, a cidade do "milagre" dos governos militares, converteu-se também numa área receptiva de migração; sua taxa de crescimento anual supera 10% ao ano. O Departamento de Santa Cruz foi declarado como o centro agroindustrial mais importante do país, onde o cultivo da cana-de-açúcar é o mister principal.

Até agosto de 1987 chegava a 600 o número de famílias "relocalizadas" que se haviam instalado somente nas cidades, o mesmo que nas províncias. Devido à sazonalidade das culturas agrícolas mais importantes da zona como é o caso do algodão, março a maio, e da cana-de-açúcar, junho a outubro, tradicionalmente se recorre à força de trabalho temporária atraindo camponeses dos vales bolivianos.

Anualmente são mais de 15.000 camponeses, justamente das regiões mais deprimidas, que migram para as tarefas de colheita de algodão, para a safra da cana-de-açúcar, e/ou para o plantio e a limpa de outras produtos agrícolas.

Os trabalhadores agrícolas temporários irrompem na sociedade cruzenha como uma realidade organizada; a Federação Sindical de Trabalhadores Safristas e a Federação Sindical de Trabalhadores da Colheita do Algodão, constituídos principalmente por camponeses migrantes do interior do país, mas também por importantes grupos de nativos orientais (guaranis), assim como por antigos posseiros, pioneiros colonizadores que se as-

sentaram na zona atraídos pela política da Revolução de 1952, denominado a "Grande Marcha para o Oriente", e que depois de 25 anos ainda se encontram submetidos a condições de extrema pobreza e são obrigados a vender o último que lhes resta: sua força de trabalho. O contingente principal é o que se dedica à safra da cana-de-açúcar, setor que está passando pela crise mais profunda de toda sua história e pior ainda, sem perspectivas alentadoras. Afetada pela crise internacional do açúcar, a Bolívia se viu pressionada em seu mercado potencial; por um lado a redução drástica para metade da cota de exportação preferencial para os EE.UU.; por outro, o mercado nacional sofreu contração em decorrência do congelamento de salários e pelos elevados custos da produção nacional que se situam em completa desvantagem frente aos similares produtos dos países vizinhos.

A situação da indústria açucareira na Bolívia está em grave risco; sob o aspecto social as consequências seriam dramáticas pelo fato de mais de 250.000 pessoas estarem envolvidas nesta atividade que é considerada a mais importante da região.

Até meados de 1987, a extensão de algodão plantado somente alcançou 5.000 hectares, ocupando 2.500 trabalhadores, e por sua vez, a cana-de-açúcar se manteve em 50.000 hectares, ocupando aproximadamente 10.000 safristas. Em ambos os casos foi detectada importante presença de "mineiros realocados", o que, sem

dúvida nenhuma, significa uma contribuição importante por sua experiência sindical. A organização dos Trabalhadores Agrícolas Temporários, sua estruturação a nível nacional e o funcionamento orgânico ligado aos demais setores sociais, convertem-se no objetivo a ser alcançado. Deste modo, espera-se que esta inclusão no grande bloco social nacional, nas lutas cotidianas pela defesa de seus direitos e conquistas sindicais, seja o caminho que percorram unidos para transformar a atual situação de prepotência política e repressão da qual tanto abusa o atual governo.

A Igreja Católica e suas instituições colocaram-se à frente dos movimentos de solidariedade e ação social em favor dos setores mais oprimidos e afetados como é o caso dos desempregados em geral e dos mineiros "realocados" em particular.

Até agosto do presente ano, os momentos mais importantes do movimento popular estiveram situados nas greves protagonizadas contra a privatização dos serviços de saúde pública e educação oficial, conflitos nos quais a igreja se viu obrigada a intervir como mediadora entre o governo, cada vez mais autoritário, e os setores populares, renovados depois do VII Congresso da Central Operária Boliviana. Como sempre o movimento popular boliviano volta a demonstrar sua inesgotável vontade de lutar contra toda injustiça e opressão; embora lenta, mas inexoravelmente, está trilhando o caminho de sua recuperação, o caminho da esperança.

O MIGRANTE

Órgão Informativo do CEPAMI – Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes.

Rua das Pedras, 229/S2 – Caixa Postal 131
78.930 Ji-Paraná/RO – Fone: (069) 421-1835